
INTERNACIONAL

COP21 »

A última chance do planeta Terra contra a mudança climática

Paris se prepara para uma reunião da qual se espera pacto global contra o aquecimento

MANUEL PLANELLES | Madri | 8 NOV 2015 - 10:50 BRST

Arquivado em: COP21 Conferência Mudança Climática Cúpula do clima Protocolo de Kyoto
Cmnucc Cúpulas internacionais Efeito estufa Acordos internacionais Paris



Poluição em Paris, na semana passada. / GETTY IMAGES

Não se trata de insetos e flores do campo. Falamos de [secas](#), perdas de lavouras, [fome](#) e refugiados climáticos, cidades alagadas e empresas energéticas que debatem quando e como devem se transformar. A ciência deixou sem espaço os negacionistas da [mudança climática](#). "Eu me enganei", reconheceu semanas atrás o primeiro-ministro da Espanha, [Mariano Rajoy](#), quando questionado sobre as dúvidas que manifestou no passado a respeito da importância do fenômeno. O [aquecimento global](#) esteve ausente da pauta legislativa do Governo espanhol durante toda esta legislatura.

Os principais líderes do planeta, de [Barack Obama](#) a Xi Jinping, passando pelo [Papa](#) e por Angela Merkel, há tempos alertam para a dimensão do problema. E há meses se preparam para a [cúpula que começa no próximo dia 30 em Paris](#), na qual 195 países buscarão selar um acordo global contra a mudança climática.

Após 20 reuniões anuais desse tipo convocadas sob o guarda-chuva da ONU, há esperanças de que a cúpula da capital francesa finalmente leve a um acordo global que

envolva todos os países. “É a última chance”, diz [Christiana Figueres](#), secretária-executiva da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. Mas essa última chance só servirá para que este problema tenha um impacto “maneável” para a humanidade.

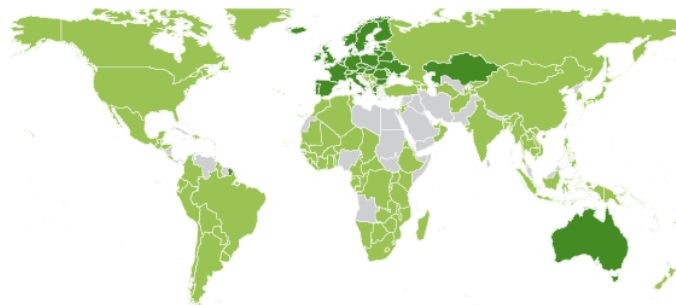
Porque a principal batalha já foi perdida. “Não vamos evitar a mudança climática”, alerta Figueres. A enorme quantidade de gases do efeito estufa – principalmente o dióxido de carbono (CO₂) – que a humanidade já expeliu na atmosfera torna o aquecimento irreversível, conforme a ciência alertou e os 195 Governos acataram. Por isso, se trata agora de mitigar o problema e se adaptar.

E sobre mitigação e adaptação – com os respectivos financiamentos – será a discussão em Paris.

A fórmula escolhida para enfrentar a mitigação é a dos compromissos voluntários que os Estados apresentam antes da [cúpula do clima](#). Até agora, 156 já registraram suas contribuições para reduzir as emissões nacionais de gases de efeito estufa, geradas pela queima de combustíveis fósseis na indústria e transporte e pela atividade agrícola. “Todas as grandes economias e os grandes emissores já aderiram”, ressalta Miguel Arias Cañete, comissário (ministro) europeu de Ação Climática e Energia. Cerca de 90% das emissões globais estão atreladas a esses compromissos. Só a China, os EUA e a UE acumulam 50%. “Em Kyoto [o protocolo a ser substituído em Paris] havia 35 países e as metas só cobriam 11% das emissões globais”, acrescenta Arias Cañete. China e EUA ficaram de fora daqueles compromissos de redução. “Este não é um Kyoto II. Agora é mais expansivo, e todos participam”, argumenta Valvanera Ulargui, diretora do Escritório Espanhol de [Mudança Climática](#).

COMPROMISOS DE REDUCCIÓN DE EMISIONES

- Los 156 países que han presentado planes ante la ONU
- Países que también participaron en Kioto (1997)



Fuente:

EL PAÍS

O alto nível de compromissos nacionais é a boa notícia. A má é que estes “são insuficientes”, reconhecem Figueres e o comissário europeu. Para que a mudança climática seja maneável – e que seus efeitos não sejam tão devastadores –, os cientistas fixaram um teto: que até o final deste século

o aumento da temperatura não supere os dois graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais. A projeção dos compromissos nacionais apresentados faria com que até 2100 a temperatura subisse, segundo a ONU, cerca de três graus. De fato, [as emissões continuarão crescendo até 2030](#), mas a um ritmo menor. Outras projeções falam inclusive de um incremento de até quatro graus.

Os compromissos nacionais fixam metas para 2025 e 2030. A ideia que a União Europeia defende, e que a China aceita, é que essas contribuições sejam revistas (supõe-se que para cima) a cada cinco anos. Dessa forma, seriam intensificados os esforços para cumprir a meta dos dois graus, o que implica um balanço neutro de emissões até o final deste século.

“Paris será o ponto de partida para uma revolução energética, para uma nova era energética”, sustenta Ulargui. “Mas a transição deve ser ordenada.”

Ganhadores e perdedores

“Será um processo de transformação com ganhadores e perdedores. Entre os perdedores estarão empresas e acionistas cujos investimentos estão baseados nos combustíveis fósseis. Mas abrem-se novas formas de negócios”, afirma Xavier Labandeira, catedrático de Economia da Universidade de Vigo (Espanha) e membro do IPCC, grupo de especialistas climáticos da ONU, cujo último relatório eliminava quase absolutamente as dúvidas sobre a vinculação entre o aquecimento e a ação humana.

Entre os perdedores nesse processo também haverá diferentes categorias. Um relatório do Instituto para os Recursos Sustentáveis do Reino Unido determinava que, para cumprir a meta dos dois graus, seria necessário manter sob a terra um terço das reservas mundiais já conhecidas de [petróleo](#), a metade do gás e 80% do carvão. E essas reservas figuram nos balanços das grandes companhias energéticas. “Isso dificulta o acordo, porque há muitos interesses criados”, diz Labandeira. A Agência Internacional de Energia chegou a estimar em 300 bilhões de dólares (1,13 bilhão de reais) a desvalorização de ativos em petróleo, gás e carvão nas carteiras de empresas e investidores até 2050, contando apenas o setor energético. Labandeira, entretanto, ressalta as oportunidades que se abrem para as energias renováveis, “que estão reduzindo custos rapidamente”. A esperança que restaria para as empresas de combustíveis fósseis seria a captura e armazenamento de carbono, “mas essa tecnologia ainda está muito imatura”.

Nos rascunhos do acordo de Paris “não se fala de tecnologias concretas, nem sequer das renováveis”, observa Ulargui. Busca-se um texto suficientemente amplo para que

possa ser assinado por todos. Um dos desafios está em que o acordo seja legalmente vinculante. Sanções, por outro lado, estão descartadas. A vinculação jurídica pode trazer problemas para Obama. “Os EUA têm uma situação comprometida, e o Senado poderia não ratificar um acordo muito concreto”, adverte Arias Cañete. Assim aconteceu com o [Protocolo de Kyoto](#). “Se os compromissos de redução de emissões forem vinculantes, como quer a UE, o Congresso e o Senado [dos EUA] poderiam impedir a ratificação”, acrescenta o comissário.

Esse pode ser um dos problemas em Paris. Mas a lista é ampla. Na adaptação, que depende de financiamentos para que os Estados mais afetados pela mudança climática possam se transformar, um dos pontos em discussão será a “diferenciação”. Existe o compromisso de chegar a 100 bilhões de dólares (377 bilhões de reais) anuais para um Fundo Verde a partir de 2020, com a contribuição de Estados, bancos e outras entidades privadas. Mas quais Estados devem contribuir? Teoricamente, só os chamados países desenvolvidos. Mas ficariam de fora dessa lista potências como a [China](#). “A UE quer atualizar esse assunto, que não mudou desde os anos noventa. É preciso ver isso com espírito flexível, e que não só os países desenvolvidos financiem e façam esforços”, argumenta Arias Cañete. O outro bloco argumenta que as nações ricas do Ocidente desencadearam o problema com suas emissões nas décadas anteriores.

Sobre a mesa de negociação também estará a importância de um sistema de revisão transparente e homogêneo dos compromissos de redução das emissões, além da transferência de tecnologia reivindicada por países como a Índia, o que poderia acarretar conflitos com os direitos de propriedade intelectual, segundo o comissário europeu.

Arias Cañete acrescenta uma incerteza adicional: “Qualquer país pode bloquear o acordo”, alerta, ressaltando que isso “seria uma enorme irresponsabilidade”. “É o maior desafio da humanidade e teria um custo político tremendo.”

Se os acordos de Paris forem realmente efetivos, José Manuel Moreno, biólogo e também integrante do IPCC, acredita que “acarretarão mudanças fundamentais em nossos modos de vida”. A ideia é reconciliar “nosso uso do planeta Terra com suas capacidades”, conclui Moreno.